

PARA A DEMOCRACIA, INTERVENÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA JÁ! UMA ANÁLISE SEMÂNTICO-ENUNCIATIVA EM POSTS DO FACEBOOK

FOR DEMOCRACY, HISTORY TEACHER INTERVENTION NOW! A SEMANTIC-ENUNCIATIVE FACEBOOK POST ANALYSIS

Livia Cristina de Souza Sigliani¹
Adilson Ventura²

Recebimento do Texto: 28/09/2021

Data de Aceite: 25/10/2021

RESUMO: O objetivo deste trabalho é discutir por meio da análise de quatro *posts* compartilhados no *Facebook*, os sentidos do termo professor de História e Intervenção militar e como o político se configura nessas relações de sentido. Para tanto, utilizamos o aporte teórico da Semântica do Acontecimento, teoria semântica enunciativa que parte do pressuposto da enunciação como um acontecimento de linguagem que produz sentido a partir de uma relação do sujeito com a língua, sendo essa relação uma prática política, pois instaura o conflito no centro do dizer. Os sentidos não são fixos, pois são constituídos na enunciação, e não são transparentes, pois o sujeito falante não tem controle sobre os sentidos daquilo que enuncia. Sendo assim, levantamos a hipótese de que os sentidos de professor de História e intervenção militar vão além da relação professor/aluno/ conteúdo. Para corroborar com nossa hipótese observamos um conflito de sentidos que apontam para questões que estão além do ensino dos conteúdos de História, pois são sentidos que remetem a questões de caráter e princípios.

PALAVRAS-CHAVE: Semântica do Acontecimento. Professor de História. Intervenção militar. Político. Postagens do *Facebook*.

ABSTRACT: The aim of this paper is to discuss through the analysis of four posts shared on Facebook, the meanings of the term teacher of History and military intervention and how the politician is configured in these relations of meaning under the theoretical support of Semantic of Event, enunciative semantic theory that It starts from the assumption of enunciation as an event of language that produces meaning from a relationship between the subject and language, and this relationship is a political practice, since it establishes conflict at the center of speech. The senses are not fixed, because they are constituted in the utterance and are not transparent, because the speaking subject has no control over the senses of what he utters. Thus, we hypothesized that the teacher's senses of history and military intervention go beyond the teacher / student / content relationship. Corroborating our hypothesis, we observe a conflict of meanings that point to questions that are beyond the teaching of the contents of History, as they are meanings that refer to questions of character and principles.

KEYWORDS: Event Semantics. History teacher. Military intervention. Political. Facebook Posts.

1 Doutoranda e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). E-mail: lisigliani@gmail.com

2 Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Professor Adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. E-mail: adilson.ventura@gmail.com

Considerações iniciais

O apelo por parte dos movimentos autoritários de direita por “intervenção militar” como solução para a crise política e econômica do país vem paulatinamente ocupando diversos espaços e cooptando uma parcela da sociedade que defende o retorno dos ideais e das práticas ditatoriais que foram instauradas no país com o golpe civil-militar de 1964 (CARDOSO, 2018; COELHO, 2018). Diante de tal conjuntura, as redes sociais têm sido um dos espaços mais importantes de embate entre os movimentos pró-ditadura e os movimentos que são pró-democracia e essa discussão também se materializa na produção de posts em inúmeras páginas nas redes sociais. Um dos argumentos observados nesse conflito é o de que as pessoas que defendem a volta da ditadura militar desconhecem a História do Brasil.

Nesse sentido, pensamos a relevância dessa discussão, na medida em que ao realizarmos nossas análises, propomos uma reflexão acerca do grande debate que envolve os movimentos pró-ditadura e pró-democracia nas redes sociais e a importância da Educação e dos professores para a defesa da democracia, tendo em vista que o Brasil passa por uma grave crise política que ameaça as instituições democráticas, uma vez que o próprio presidente da República Federativa do Brasil, Jair Bolsonaro, por meio de suas redes sociais já declarou defender a intervenção militar contra instituições democráticas como o Supremo Tribunal Federal – STF (BENITES e JIMÉNEZ, 2020). Outro fator importante a ser mencionado é a questão do Movimento Escola Sem Partido³, que ameaça a Constituição Federal e o direito do professor à liberdade de cátedra⁴ ao propor projetos de lei (PL) que promovem coações e perseguições aos professores no exercício da docência, inclusive aos professores de História⁵, objeto desta análise.

Tendo em vista a importância das redes sociais nessa contenda, propomos então analisar *posts* que circulam na rede social Facebook. Dado que esses *posts* constituem sentidos que circulam pela sociedade de maneira geral,

3 Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/> Acesso em : 01/02/2021

4 A liberdade de cátedra garante ao professor o direito de difundir seus conhecimentos no exercício do magistério, direito próprio do exercício da docência, garantido pela CF (art. 206) e pela LDB (art. 2º, incisos II, III, IV, XI e XII).

5 Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/4050-nota-da-anpuh-perseguiacao-e-coacao/> Acesso em 01/02/2021.

nosso trabalho tem como objetivo precípua analisar os sentidos de professor de História e intervenção militar em quatro *posts* compartilhados em páginas do *Facebook*, por meio dos pressupostos teóricos e metodológicos da Semântica do Acontecimento como veremos ao longo deste artigo.

A fim de analisarmos como esses sentidos se constituem e fundamentarmos nossa discussão, utilizaremos a teoria da Semântica do Acontecimento (SA), e mobilizaremos alguns de seus conceitos fundamentais como os conceitos de político e de temporalidade. Nosso escopo teórico parte do pressuposto da não transparência da língua e de que os sentidos não são estanques, posto que se dão na enunciação, no acontecimento do dizer.

Os sentidos nesse aporte teórico são constituídos numa relação da língua com a própria língua, sendo essa relação tomada na História. A enunciação, por sua vez, consiste em uma relação do sujeito com a língua, constituindo-se em prática política, uma vez que instaura o conflito no centro do dizer. A SA é uma teoria desenvolvida em grupos de pesquisa pelo Brasil, inclusive na UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - onde trabalhos de grande relevância são desenvolvidos pelo GEPES – Grupo de estudos e pesquisa em semântica, que trabalha com a análise da constituição de sentidos de expressões linguísticas, em diferentes fatos de linguagem, em materialidades diversas como livros didáticos, leis, mídia, mapas, entre outros.

Para realizarmos nossa análise, além dos pressupostos teóricos mencionados acima, serão efetuados os procedimentos enunciativos da SA, a reescrituração e a articulação e a partir do desenvolvimento do Domínio Semântico de Determinação (DSD), teremos a representação de como essas relações de sentido se constituem nos enunciados, como veremos na seção a seguir. Utilizaremos, também, o mecanismo de paráfrase, que consiste em medir os limites interpretativos através da substituição pertinente de um termo por outro que possibilite sustentar determinados sentidos no acontecimento.

Semântica do Acontecimento: teoria e procedimentos enunciativos

A SA é uma teoria semântica enunciativa proposta pelo professor da Unicamp Eduardo Guimarães (2002; 2018) que considera o texto como uma

dispersão de sentidos, dado que é na enunciação que os sentidos são constituídos e o enunciado, por sua vez, é tratado como integrado a um texto.

Para que possamos entender como esses sentidos são constituídos é necessário considerar que a SA coloca de saída a questão do sujeito que enuncia, visto que parte do pressuposto da opacidade da língua e do sujeito, ou seja, a língua não é transparente e sua relação com o real é histórica. Nessa perspectiva, o sujeito também não é transparente e não possui controle algum sobre os sentidos daquilo que diz, uma vez que em nosso escopo teórico, o sujeito não sendo origem do sentido é tomado por ele e é agenciado a dizer o que diz pelo espaço de enunciação: “O Locutor só é Locutor enquanto falante determinado por este espaço político do dizer, o espaço de enunciação” (GUIMARÃES, 2009, p.50).

Sendo assim, consoante os conceitos que discutimos até aqui, podemos então dizer que a enunciação implica em um acontecimento de linguagem e é caracterizada por uma relação do sujeito com a língua, no entanto, essa relação é uma prática política, pois instaura o conflito no centro do dizer (GUIMARÃES, 2002, p.8).

Um conceito basilar da SA que utilizaremos para este trabalho é o conceito de político. De acordo com a teoria, o político é a base das relações humanas e tais relações se dão por intermédio da linguagem. Guimarães considera o político como uma contradição de uma normatividade que estabelece desigualmente uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos nesta divisão desigual (GUIMARÃES, 2002, p.15-16).

Tomando, então, o político como conflito se faz necessário observar que o acontecimento de linguagem se dá no espaço de enunciação, conceituado por Guimarães como: “[...] um espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas, enquanto espaço político” (GUIMARÃES, 2002, p. 18), isto é, um espaço de relação entre línguas e falantes, sendo esse espaço caracterizado por uma disputa incessante pela língua numa relação de inclusão/exclusão, dado que essa divisão política não cessa, porque há uma busca constante pelo direito de falar. Outrossim, o falante tomado pelo espaço de enunciação é agenciado a falar. Assim sendo, podemos dizer então, que a enunciação nada tem a ver com a intenção do sujeito que enuncia, posto que o acontecimento de linguagem agencia o sujeito a dizer o que diz, e, ao tratarmos dessa questão, devemos considerar além das

relações de linguagem, elementos como o lugar social e a História (GUIMARÃES, 2018, p.45).

Mobilizamos, também, outro conceito fundamental para analisarmos os enunciados que é o conceito de temporalidade. Como já dito, o sentido se dá no acontecimento da linguagem e, para que isso se concretize, a enunciação instaura uma temporalidade que é diferente de uma temporalidade cronológica, ou de uma temporalidade instaurada pelo sujeito. O acontecimento instaura sua própria temporalidade. A enunciação instaura um presente e para constituir sentido, a partir das relações de linguagem contidas no enunciado, remete a um memorável que não é formado por lembranças pessoais, mas por enunciações passadas. Essas memórias de sentidos de enunciações passadas são projetadas para o futuro, ou seja, para possíveis interpretações (GUIMARÃES, 2002, p. 12).

No que concerne à análise da constituição dos sentidos, a SA faz um deslocamento do conceito de integratividade de Benveniste (1976)⁶, contudo a integratividade proposta pela SA não toma o enunciado isoladamente, ou como um processo somatório, mas como lugar de observação da palavra em relação ao texto, isto é, analisar o sentido de uma expressão linguística não de maneira segmental, mas enquanto integrado a um enunciado e o enunciado enquanto parte de um texto: “[...] consideramos que o sentido de um enunciado é sua relação de integração ao texto em que está” (GUIMARÃES, 2018, p.42).

Para analisar o sentido de um enunciado de forma integrativa, a SA propõe dois procedimentos enunciativos: a reescrituração e a articulação que são dois procedimentos enunciativos de análise da constituição de sentidos.

As relações de reescrituração são caracterizadas pela maneira como um termo é redito insistentemente em um texto de forma diferente de si. Todavia, de maneira diferente das relações de articulação, as reescrituras não necessariamente são de contiguidade, podendo acontecer entre elementos à distância dentro do texto (GUIMARÃES, 2002, p. 28).

A reescrituração pode acontecer de diversas formas como: a) por repetição, quando a expressão ou o termo é dito repetidamente, na íntegra, no texto; b) por substituição, quando a expressão ou termo é retomado no texto por outra expressão ou termo; c) por elipse, quando a expressão ou termo é omitido

6 O sentido de uma unidade linguística define-se como a sua capacidade de integrar uma unidade de nível superior (BENVENISTE, 1976, p. 134-135).

em alguma parte do texto; d) por expansão, quando uma expressão ou termo tem seu sentido ampliado por outra expressão ou termo no texto; e) por condensação, ao contrário da reescritura por expansão, ocorre quando uma expressão ou termo é resumido por outra expressão ou termo.

Por sua vez, as diversas formas de reescritura podem produzir as seguintes relações de sentido:

a) sinonímia, quando a reescritura apresenta uma palavra ou expressão com o mesmo sentido que a outra à qual se liga; b) antonímia, quando a reescritura apresenta sentidos opostos; c) especificação, quando atribui elementos de sentido ao reescriturado pela expressão que o reescritura; d) desenvolvimento, quando produz um desenvolvimento do sentido da expressão ou termo reescriturado; e) globalização ou totalização, quando o reescriturado determina generalizações; f) enumeração, lista os termos, os enumera, não necessariamente de forma somatória; g) definição, quando estabelece uma relação de definição entre a reescritura e o reescriturado.

O procedimento enunciativo de articulação implica em “[...] uma relação de contiguidade significada pela enunciação” (GUIMARÃES, 2009, p. 51). Na articulação são percebidas relações de predicação e complementação – relação determinante/determinado (GUIMARÃES, 2018, p. 80).

A articulação pode acontecer de três modos diferentes: 1) por dependência, quando os elementos contíguos se organizam por uma relação que constitui no conjunto um só elemento; 2) por coordenação, quando se apresenta por um processo de acúmulo de elementos numa relação de contiguidade; 3) por incidência, quando há relação entre um elemento e outro sem uma relação de dependência estabelecida (GUIMARÃES, 2009, p. 51).

Essas relações enunciativas de reescritura e articulação são representadas em nossa análise pelo Domínio Semântico de Determinação (DSD), que corresponde a “[...] uma interpretação do próprio processo de análise e deve ser capaz de explicar o funcionamento do sentido da palavra no corpus especificado” (GUIMARÃES, 2007, p. 81). Essas relações de sentido são demonstradas por meio de representações gráficas, por sinais específicos (\perp , \perp , \top , \vdash) para a relação de determinação, além de (-----) para a relação de sinonímia e (_____) para a relação de antonímia, propostos por Guimarães.

No que diz respeito à paráfrase, podemos considerá-la com um mecanismo de análise, um teste que visa interpretar as relações de sentido que se dão por meio das reescrituras e articulações. De acordo com Souza e Ventura (2019) “[...] a paráfrase é um reagente. X reage bem ou mal ao parafrasear Y [...] em um acontecimento Z” (SOUZA; VENTURA, 2019, p. 12). No entanto, não se trata de estabelecer uma “frase-sinônimo”. Também não está na ordem da tradução (de ideias, de um termo por outro, etc). Ao passo que entendemos a relação sujeito-língua-história como não transparente, parafrasear é mostrar as relações de sentido do enunciado em uma determinada cena enunciativa. Paráfrase, neste escopo teórico, é pensada como procedimento, como meio de analisar.

A paráfrase é um teste. A partir de determinado acontecimento, o analista testa as possibilidades de paráfrase para entender os sentidos de determinada enunciação; testa a performatividade do enunciado. Isso significa que, em determinado enunciado, moradia pode ser parafraseado por residência, ao passo que em outro, moradia e residência são itens distintos (SOUZA, 2019, p.35).

Análises dos sentidos de professor de História e intervenção militar

Para selecionarmos as materialidades utilizadas para a análise proposta, utilizamos o método de sondagem. De acordo com o que discutimos até aqui, a SA considera o enunciado enquanto parte de um texto, dito isso, as análises dos sentidos produzidos pelos enunciados demandam um procedimento apropriado que implica em encontrar acontecimentos de enunciação que sejam relevantes para uma reflexão sobre a linguagem e seu modo de produzir sentido.

Desta forma, sondagem é uma maneira de “eleger” enunciados a serem estudados a partir de uma pergunta. No caso, temos duas perguntas a serem respondidas neste trabalho:

a) Quais os sentidos de *professor de História* e de *intervenção Militar* em quatro *posts* compartilhados no *Facebook*?

b) Como se configura o político nas relações de sentido ao analisarmos tais termos?

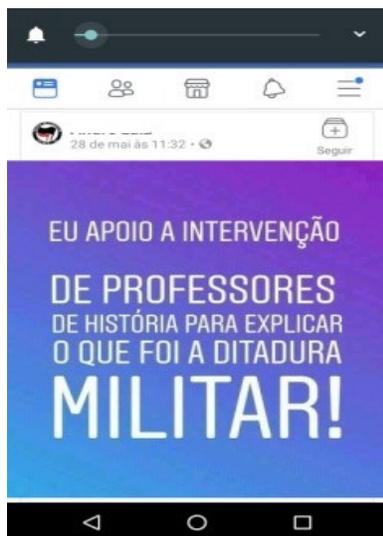
Ao tomar como ponto de partida as indagações acima, o procedimento

de sondagem tem o propósito de encontrar um enunciado em um recorte do acontecimento de enunciação e, assim, explorar esse enunciado enquanto elemento deste recorte e enquanto integrado ao texto, considerando que recorte para a SA é um fragmento do acontecimento da enunciação: “Pelo recorte as formas linguísticas aparecem como correlacionadas em virtude de terem a mesma relação com o acontecimento, independente da posição na sequência” (GUIMARÃES, 2018, p.75-76).

Dessa forma, utilizando o método de sondagem selecionamos e fizemos uma captura de tela de quatro *posts* com temáticas que envolvem professores de História e intervenção militar compartilhados no Facebook por perfis relacionados a professores de História e jornalismo, e os organizamos da seguinte maneira: Enunciado 1 (En1), Eu apoio a intervenção de professores de história; Enunciado 2 (En2), Não queremos intervenção militar, Nós estudamos história; Enunciado 3 (En3), Por mais aulas de história pra essa gente; Enunciado 4 (En4), Defender a ditadura é falta de caráter. Além de separarmos as análises por tópicos, para destacarmos as palavras em análise utilizamos itálico. Vejamos, então, as respectivas análises.

(En1) Eu apoio a intervenção de professores de história

Figura 1 - intervenção de professores de história



Fonte: <https://www.facebook.com/MPHistoria/>; acesso em 08/09/2021.

Em (En1), a expressão *intervenção de professores de história* está articulada por coordenação aos termos *Eu apoio, para explicar e ditadura militar*. Por meio das relações enunciativas observadas, este acontecimento recorta o memorável de sentidos que remete aos grupos pró-ditadura militar, os grupos que defendem intervenção militar na política. Observamos que o verbo *explicar* sustenta o sentido de que as pessoas que defendem a volta de uma ditadura desconhecem a História do Brasil, portanto, a intervenção de professores de História é necessária. Vejamos por meio do DSD abaixo como se dão essas relações de linguagem:

Quadro 1 - DSD de Intervenção

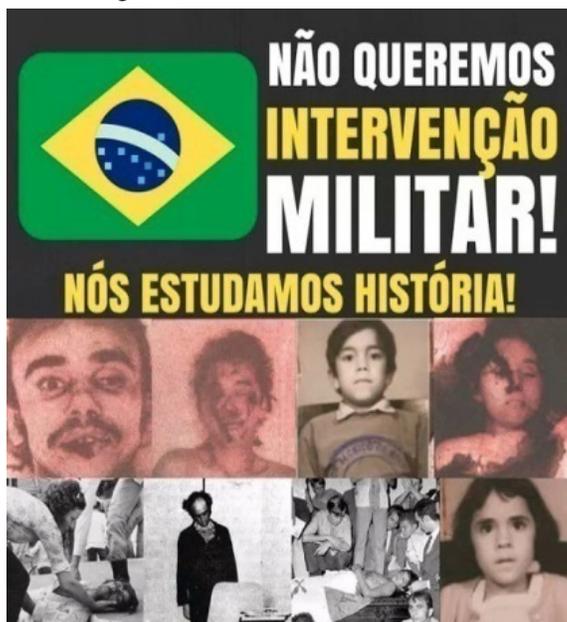
Professores de História <i>Intervenção</i> Explicar a ditadura militar
--

Fonte: elaboração própria (O sinal [|] significa determina em qualquer direção

No DSD acima, *professores de História* determina intervenção que, por sua vez, determina explicar a ditadura militar. Por meio dos procedimentos enunciativos é possível interpretar que as pessoas que pedem por uma intervenção militar, em detrimento do Estado democrático de direito não sabem o que significou a ditadura militar no Brasil, portanto, se faz necessário outro tipo de intervenção: a intervenção de professores de História para que essas pessoas conheçam o que esse momento significou para o país e não defendam mais a ditadura em detrimento da democracia. A continuar a discussão, vejamos a análise do próximo enunciado.

(En2) Não queremos intervenção militar, nós estudamos História

Figura 2 - Nós estudamos história

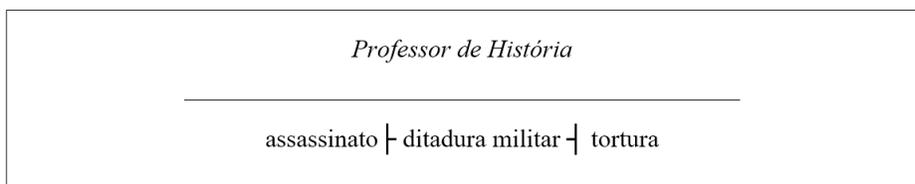


Fonte: <https://www.facebook.com/pg/BoleirooOusadoOficial/posts/> acesso em 09/08/2021

Neste enunciado a expressão *não queremos* está articulada por coordenação à expressão *intervenção militar* e é reescriturada por expansão pela expressão *nós estudamos História!*. Essas relações sustentam o sentido de que as pessoas que estudam história são contra a intervenção militar.

Um elemento importante a ser observado neste enunciado é que seu conteúdo imagético recorta um memorável de sentidos que remete à tortura e ao assassinato de pessoas que eram consideradas uma ameaça para o governo militar. Desta maneira, o enunciado projeta a possível interpretação de que quem estuda História é contra a ditadura e ser contra a ditadura é ser contra a violência e o assassinato. Segue a representação de nossa análise por meio do DSD:

Quadro 2 - DSD de Professor de História (1)



Fonte: elaboração própria (O sinal [|] significa determina em qualquer direção; o sinal [-] significa antonímia)

Como podemos notar no DSD acima, a partir dos procedimentos enunciativos da SA nos foi permitido parafrasear a expressão *estudamos História* por *professor de História*, pois o estudo desta disciplina requer a presença de um profissional especializado, no caso o professor. Dito isto, *Professor de História* está em uma relação de antonímia com ditadura militar, que por sua vez, determina violência e assassinato. Desta forma, ser professor de História é ser oposição à ditadura militar, à violência e ao assassinato. Sendo assim, observemos a próxima análise.

(En3) Por mais aulas de história pra essa gente

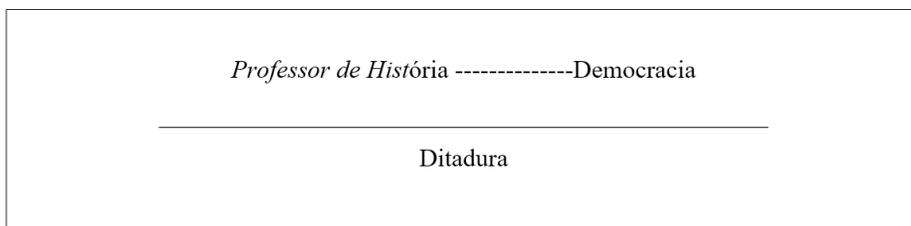
Figura 3 - Por mais aulas de história pra essa gente



Fonte: <https://www.facebook.com/jornalistaslivres/photos/a.292153227575228/1046915245432352/> acesso em 09/08/2021

No enunciado analisado, a expressão *pela volta dos militares!* está articulada por coordenação à *ditadura já*, e, em oposição, temos a articulação com a expressão *por mais aulas de história para essa gente*, visto que a expressão *para essa gente* é uma reescrita por condensação do enunciado *pela volta dos militares! Ditadura já!* O destaque das expressões *ditadura já* e *aulas de história* sustentam os sentidos de oposição e constituem o sentido de que aulas de História é sinônimo de democracia. Vejamos como se constituem essas relações de sentido no DSD subsequente:

Quadro 3 - DSD de Professor de História (2)



Fonte: elaboração própria (O sinal [|] significa determina em qualquer direção; o sinal [--] significa sinonímia; o sinal [-] significa antonímia)

Podemos parafrasear aulas de História por *Professor de História* que no DSD acima está em uma relação de sinonímia com democracia e em uma relação de antonímia com Ditadura. Essas relações nos permitem interpretar que ser professor de História é promover a democracia e combater a ditadura. Vejamos como os sentidos se constituem na análise de nosso último enunciado.

(En4) Defender a ditadura é falta de caráter

Figura 4 - Defender a ditadura é falta de caráter

Parem de dizer que falta aula de história pra quem defende intervenção militar ou que vota em Bolsonaro. O que falta pra esse povo é caráter.

Fonte: <https://www.facebook.com/Meu-Professor-de-Hist%C3%B3ria-II-103296874645958/> Acesso em 09/08/2021

A expressão *Parem de dizer que* está articulada por coordenação à *falta aula de História* que, por seu turno, está articulada por coordenação *pra quem defende intervenção militar*, sendo esta última uma reescrituração de *quem vota em Bolsonaro*. A expressão *esse povo* que é uma reescritura de *quem defende a intervenção militar* e está articulada por incidência à *falta de caráter*. As relações enunciativas permitem interpretar que o problema das pessoas que defendem a volta da ditadura militar não é falta de conhecimento da História, mas falta de caráter. Desta maneira, defender a democracia é uma questão de caráter. Vejamos a seguir essas relações no DSD:

Quadro 4 - DSD de Povo que defende a ditadura

Povo que defende a ditadura | Falta de caráter

Fonte: elaboração própria (O sinal [|] significa determina em qualquer direção)

Neste DSD, *Povo que defende a ditadura* é determinado por *falta de caráter*, ou seja, defender a ditadura não é somente falta de conhecimento, mas falta de princípios.

Considerações finais

Ao longo da análise dos enunciados podemos observar como se constituem os sentidos de *professor de História e intervenção militar* e como se configura o político nas relações de sentido. Em (En1) a intervenção de professores de História se faz necessária para que as pessoas entendam o que significou a ditadura civil-militar no Brasil e assim não defendam uma intervenção militar em detrimento do Estado democrático de direito. Em (En2) professor de História mantém uma relação de oposição à ditadura militar, à violência e assassinato. Em (En3) *Professor de História* está em uma relação de sinonímia com democracia e em uma relação de antonímia com Ditadura. Em (En4) quem defende a ditadura não o faz por falta de aulas de história, mas por falta de caráter.

Sendo assim, amparados pela Semântica do Acontecimento e seus procedimentos analíticos, percebemos ao longo das análises que o professor de História é fundamental para a defesa da democracia, pois as pessoas que pedem intervenção militar ignoram a História do país. Quem estuda História é contra a ditadura militar, além de ser contra a violência e o assassinato. Por outro lado, percebemos o conflito de sentidos já que, o problema das pessoas que defendem a volta da ditadura militar não é falta de professor de História, é falta de caráter, o que permite interpretar que o professor de História não ensina caráter. Como profissional sua função é a de trabalhar com os conteúdos do currículo, inclusive o período da ditadura militar no Brasil.

Referências

BENITES, A; JIMÉNEZ, C. Bolsonaro invoca “intervenção militar” contra o STF e flerta com golpe. *El País*, 28 mai. 2020, Brasil. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-29/bolsonaro-invoca-intervencao-militar-contra-o-stf-e-flerta-com-golpe.html>. Acesso em: 02 fev. 2021

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral**. Tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Neri. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, v8, 1976.

CARDOSO, L. C.. ‘Volta à Ditadura’? Retorno da Utopia Autoritária presente nas Memórias de Militares e Civis de 1964. *Revista Contenciosa*, v. 8, p. 1-11, 2018.

COELHO, E. Dissonâncias à esquerda: a POLOP, o Golpe e a Ditadura Militar. **Revista Contenciosa**, v. 8, p. 1-19, 2018.

GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento**. Campinas-SP: Pontes. 2002.

GUIMARÃES, E. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 51, n. 1, p. 49-68, 2009.

GUIMARÃES, E. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas, Editora RG. 4 ed., 2010.

GUIMARÃES, E. **Análise de texto**: procedimentos, análises, ensino. Campinas, SP: Editora RG, 2011.

GUIMARÃES, E. **Semântica**: enunciação e sentido. Campinas-SP: Pontes, 2018.

SOUZA, D. S. **Sentidos de impeachment no caso Dilma Rousseff: um estudo semântico**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGLin, Vitória da Conquista, 2019.